

IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 E O ESCANCARAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Hidelberto de Sousa Ribeiro¹
Victor Alves Santos²

Resumo:

Este estudo discute as causas e consequências das desigualdades sociais no Brasil, “escancaradas”, mais ainda, em decorrência dos efeitos da Pandemia COVID-19, principalmente entre os grupos mais vulneráveis. Em vista disso, este artigo, como primeira ação, de um total de sete é parte do Projeto de Extensão - Educação em tempos de pandemia: contribuições das Ciências Humanas e Sociais que contou com a participação de professores da área de Ciências Humanas e Sociais, do Campus Universitário do Araguaia/UFMT. Portanto, essa ação teve como título: Impactos provocados pela Pandemia COVID-19 e o escancaramento das desigualdades sociais no Brasil e foi realizada no dia 23 de setembro de 2020 e contou com participantes de vários estados e municípios brasileiros. A metodologia utilizada pautou-se em discussões por meio do ambiente virtual, Plataforma Google Meet, além de textos que tratavam do assunto que foram disponibilizados aos participantes, com antecedência. Já os procedimentos metodológicos se basearam nos seguintes pontos: 1) A história das desigualdades socioeconômicas e culturais no Brasil; 2) As desigualdades e as vulnerabilidades sociais enquanto problemáticas decorrentes das desigualdades econômicas e 3) A relação entre a distribuição de renda e impactos causados pela Pandemia junto às populações em estado de vulnerabilidade social. Em nosso entendimento, o objetivo foi alcançado já que os participantes entenderam que a Pandemia só escancarou os efeitos nocivos decorrentes de desigualdades estruturais que marcam a história de formação do povo brasileiro, fato que gerou populações mais vulneráveis em todas as regiões do Brasil.

Palavras-chave:

Impactos. Pandemia. Desigualdades sociais. Populações. Vulnerabilidade.

IMPACTOS DE LA PANDEMIA COVID-19 Y EL ANÁLISIS DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES EN BRASIL

Resumen:

Este estudio discute las causas y consecuencias de las desigualdades sociales en Brasil, “muy abiertas”, más aún, por los efectos de la Pandemia COVID-19, especialmente entre los grupos más vulnerables. Por ello, este artículo, como primera acción, de un total de siete, se enmarca en el Proyecto de Extensión - Educación en tiempos de pandemia: aportes de las Ciencias Humanas y Sociales, con la participación de profesores del área de Ciencias Humanas y Sociales, del Campus Universitario de Araguaia / UFMT. Por lo tanto, esta acción tuvo el título: Impactos causados por la Pandemia COVID-19 y la apertura de las desigualdades sociales en Brasil, se llevó a cabo el 23 de septiembre de 2020 y contó con participantes de varios estados y municipios brasileños. La metodología empleada se basó en discusiones a través del entorno virtual Google Meet Platform, además de textos que trataron el tema que se pusieron a disposición de los participantes con anticipación. Los procedimientos metodológicos se basaron en los siguientes puntos: 1) La historia de las desigualdades

¹ Doutora em Sociologia. Campus Universitário do Araguaia/CUA/UFMT. E-mail: hidelbertos@gmail.com

² Mestrando em Geografia. Universidade Federal de Goiás/UFG. E-mail: victor.santosalves@hotmail.com

socioeconômicas y culturales en Brasil; 2) Desigualdades y vulnerabilidades sociales como problemas derivados de las desigualdades económicas y 3) La relación entre la distribución del ingreso y los impactos causados por la pandemia entre poblaciones en estado de vulnerabilidad social. A nuestro entender, el objetivo se logró ya que los participantes entendieron que la Pandemia solo abrió los efectos nocivos resultantes de las desigualdades estructurales que marcan la historia de la formación del pueblo brasileño, hecho que generó poblaciones más vulnerables en todas las regiones de Brasil.

Palabras clave:

Impactos. Pandemia. Diferencias sociales. Poblaciones. Vulnerabilidade.

PANDEMIC IMPACTS COVID-19 AND THE GAP OF SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZIL

Abstract:

This study discusses the causes and consequences of social inequalities in Brazil, “wide open”, even more, due to the effects of the COVID-19 Pandemic, especially among the most vulnerable groups. In view of this, this article, as the first action, out of a total of seven, is part of the Extension Project - Education in times of pandemic: contributions from Human and Social Sciences, with the participation of professors in the area of Human and Social Sciences, of the University Campus of Araguaia / UFMT. Therefore, this action had the title: Impacts caused by the Pandemic COVID-19 and the opening of social inequalities in Brazil. It was carried out on September 23, 2020 and included participants from several Brazilian states and municipalities. The methodology used was based on discussions through the virtual environment, Google Meet Platform, in addition to texts that dealt with the subject that were made available to participants in advance. The methodological procedures were based on the following points: 1) The history of socioeconomic and cultural inequalities in Brazil; 2) Inequalities and social vulnerabilities as problems arising from economic inequalities and 3) The relationship between the distribution of income and impacts caused by Pandemic among populations in a state of social vulnerability. In our understanding, the objective was achieved since the participants understood that the Pandemic only opened up the harmful effects resulting from structural inequalities that mark the history of the formation of the Brazilian people, a fact that generated more vulnerable populations in all regions of Brazil.

Keywords:

Impacts. Pandemic. Social differences. Populations. Vulnerability.

Introdução

O Projeto de Extensão: Educação em tempos de pandemia: contribuições das Ciências Humanas e Sociais contou com a participação de vários professores da área de Ciência Humanas e Sociais, do Campus Universitário do Araguaia/CUA/UFMT, cujo objetivo principal do Projeto era discutir com acadêmicos do Campus Universitário do Araguaia-CUA/UFMT, professores das redes pública municipal, estadual e federal de ensino temas

envolvendo os impactos que a Pandemia, provocada pelo COVID-19, desencadeou junto à educação, bem como nos grupos sociais considerados vulneráveis, aqueles que mais sofrem devido à péssima distribuição de renda no Brasil, da falta de assistência por parte dos governos, de infraestrutura nos bairros em que residem, do desemprego, fatores que um processo estrutural fruto do processo histórico que iniciou com a colonização europeia.

Em vista disso, este artigo discorre a respeito da primeira Ação - “Impactos provocados pela Pandemia COVID-19 e o escancaramento das desigualdades sociais no Brasil”, realizada no dia 23 de setembro de 2020, das 19:00 às 21:00, de um total de sete temas/ações, enquanto primeira Ação, para nossa surpresa, contou com participantes de vários municípios brasileiros.

A Ação teve como objetivo discutir as causas e as consequências das desigualdades sociais no Brasil “escancaradas” mais ainda em decorrência do efeitos causados pela Pandemia provocados pelo COVID-19³, principalmente entre os grupos mais vulneráveis. O tema proposto para essa Ação foi uma espécie de introdução para as discussões subsequentes.

Em outro dizeres, este artigo discute questões econômicas, políticas e socioculturais decorrentes da histórica da formação do povo brasileiro e que se constituíram como algo estrutural que com os efeitos provocados pela Pandemia foram escancarados com impactos em praticamente todos os setores sociais, principalmente entre as populações mais vulneráveis.

Para o desenvolvimento da Ação, a metodologia utilizada pautou-se em discussões por meio do ambiente virtual, Plataforma Google Meet, além de textos que tratam do assunto que foram disponibilizados aos participantes, com antecedência. Para isso, os procedimentos metodológicos se basearam nos seguintes pontos:

- 1) A história das desigualdades socioeconômicas e culturais no Brasil;
- 2) As desigualdades e as vulnerabilidades sociais enquanto problemáticas decorrentes das desigualdades econômicas e;
- 3) A relação entre a distribuição de renda e impactos causados pela Pandemia junto às populações em estado de vulnerabilidade social.

O resultado dessa Ação, enquanto iniciadora do Projeto de Extensão, em nosso entendimento atingiu nossos propósitos, pois além de ter sido uma introdução histórica a respeito das desigualdades econômicas, sociais e políticas no Brasil, mostrou que a Pandemia

³ Em termos científicos os efeitos epidemiológicos da Pandemia COVID-19, são provocados pelo vírus SARS-CoV-2.

escancarou os efeitos nocivos provenientes das desigualdades histórico-estruturais, principalmente, entre as populações mais vulneráveis.

Com isso, podemos também afirmar que a Ação atingiu os resultados esperados na medida em que suscitou, por parte dos participantes, questões a respeito do poder de classe no Brasil, da péssima distribuição de renda, da falta de prioridade aos problemas enfrentados no dia a dia pelos professores, das implicações necessárias à melhoria da educação com vista a ~~uma~~ formação da cidadania, discussão da história do patriarcalismo que gerou uma sociedade machista com reflexos no aumento do feminicídio, do preconceito de raça, cor e sexo, do descaso das autoridades, entre outras questões, que em muito contribuíram nas discussões das ações desencadeadas pelos professores que vieram na sequência.

Em síntese, o resultado da Ação foi considerado muito bom, segundo a avaliação dos participantes, pois como professores, alunos, pais e/ou mães sentem tal como a maioria dos brasileiros, os efeitos econômicos, políticos, sociais, culturais, permeados de preconceitos, arrogância e tentativas de exclusão daqueles que, neste momento, mais precisam da solidariedade, ajuda e proteção social.

Situando as desigualdades sociais no Brasil

Vários pesquisadores brasileiros buscaram e ainda buscam mostrar as causas das desigualdades no Brasil, dentre estes teóricos destacamos Darcy Ribeiro que, no livro O povo brasileiro publicado em 1995, discute as causas das desigualdades sociais no Brasil. Nesse livro o autor nos mostra a necessidade de nos inteirmos a respeito do processo histórico de formação do povo brasileiro para sabermos quem somos, o que somos e a importância de compreendermos a formação sociohistórica de nosso país.

Darcy Ribeiro discorre a respeito do processo de formação histórico-estrutural do povo brasileiro, iniciado durante o período colonial, um processo violento desencadeado pelos conquistadores europeus, e que se estendeu por um longo período contra africanos que foram arrancados de suas culturas e forçados a trabalhar como escravos, além da violência contra os povos indígenas. Os impactos desse processo na formação do povo brasileiro, em termos histórico-estruturais, se fazem presente no nosso dia-a-dia na desigualdade de classes extrema, no preconceito racial, na cultura machista, na péssima distribuição de renda, no acesso das populações mais vulneráveis à educação entre outros fatos.

Nesse sentido, a desigualdade social no Brasil, enquanto herança processo histórico e estrutural, funciona como um ciclo que se alimenta com o passar dos anos e tem seu reforço na péssima distribuição de renda e na posição de mando das classes dominantes. Ou seja, determinados indivíduos se encontram em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros, e esta posição os permite acumular ainda mais riquezas em detrimento dos demais.

Com isso, os efeitos provocados pela Pandemia no Brasil contribuíram para escancarar as causas e as manifestações que marcam a história das desigualdades socioeconômicas que atingem a maioria da população brasileira. Nesse sentido, os efeitos decorrentes da Pandemia, embora sejam epidemiológicos, desencadearam questões que vão da devastação ambiental como uma das possíveis causas que suscitam o aparecimento de vírus, os transmissores de diversas doenças, passando pela falta de consciência por parte da população quanto a preservação do meio ambiente, chegando ao descaso por parte dos gestores públicos no que diz respeito às proposições de políticas públicas voltas à proteção social e ao meio ambiente e de melhora da qualidade de vida das populações mais pobres.

A esse respeito, o artigo “Reflexões geográficas sobre a pandemia”, de autoria de Bernardes *et. al.* (2020), mostra a importância de se analisar geograficamente, ou melhor, espacialmente os impactos decorrentes da péssima distribuição de renda no Brasil. Ao focar as desigualdades sociais, esse artigo traz questões muito elucidativas ao afirmar que:

A geografia serve, antes de mais nada, para revelar as desigualdades socioespaciais. A pandemia da covid-19 torna emergente a discussão sobre as mazelas da sociedade brasileira. As raízes históricas da constituição do Estado e da nação externalizam as situações expostas no momento presente, assim como as lutas nos/pelos territórios tornam-se cada vez mais evidentes.

Uma análise espacial das desigualdades mostra que não ‘estamos todos no mesmo barco’. A covid-19 revela os diferentes territórios existentes no Brasil. O vírus se alastrou por todo o país, revelando as estruturas precárias, vulneráveis e desiguais da nossa sociedade (BERNARDES *et. al.*, 2020, p. 3).

Além dessas questões, os efeitos da Pandemia, em termos geográficos, retratam um olhar sobre os lugares. Esse olhar descreve que as características dos lugares vão além dos efeitos epidemiológicos, provocados pela Pandemia, expressam também os motivos do aumento expressivo do número de feminicídios, dos conflitos familiares, dos preconceitos, da intolerância de todos os tipos, passando pela inoperância proposital ou por incompetência por parte do estado em relação a diversos tipos de atendimentos sociais, chegando ao

escancaramento das vulnerabilidades que se refletem substancialmente no elevando número de desempregados, das dificuldades de atendimento educacional de crianças e de adolescentes, dificuldades financeiras de muitas famílias entre outros problemas que atingem, principalmente, as populações residentes em bairros periféricos das cidades.

Vale ressaltar que em termos geográficos essas vulnerabilidades socioeconômicas estão presentes também entre as populações rurais e tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, bem como nas populações residentes, principalmente nas regiões como o Norte e o Nordeste. A esse respeito Bernardes *et al.* (2020), com base no artigo do geógrafo brasileiro Milton Santos, “As cidadanias mutiladas”, publicado em 1996/1997, analisou os direitos e privilégios na sociedade brasileira, apontando que:

[...] temos em nosso país ‘cidadanias mutiladas’. Essas ‘mutilações’ são intensificadas no período atual: a má distribuição das riquezas geradas perpetua a intensidade da covid-19 em áreas com pouca infraestrutura básica de habitação; o acesso a água – fundamental para a prevenção do contágio – e um direito negado ainda hoje a grande parte da população, não apenas no campo, mas, sobretudo, nas periferias dos centros urbanos (BERNARDES *et al.*, 2020, p. 3).

Se as desigualdades socioeconômicas no Brasil aparecem claramente em termos geográficos, isso fica ainda mais evidente em se tratando da renda per capita, enquanto resultado da soma de tudo que é produzido em uma nação durante o ano. Isso, na análise de Freitas, significa que:

Em geral, os países expressam a renda per capita em dólar, que no caso é a moeda referência no mundo, para realizar comparações entre os países. Para conceber a renda per capita de um país é preciso dividir o PIB pelo número de habitantes, o resultado é a renda per capita, que corresponde ao valor das riquezas que caberia a cada indivíduo (FREITAS, 2020, p. 01)

Hoje, no Brasil, cerca de 49 milhões de pessoas recebem até meio salário mínimo per capita e cerca de 54 milhões de brasileiros não possuem rendimento, esses são considerados pobres. As disparidades são explícitas entre regiões e estados brasileiros. No Nordeste, 51% da população vive com até meio salário mínimo, ao contrário da região Sudeste que é de apenas 18%. Outra desigualdade está entre homens e mulheres, pois as mulheres são em média mais pobres que os homens. Atualmente, a renda per capita brasileira é de 8.020 dólares, quase a metade da Argentina com 12.460 dólares, isso conforme dados do FMI e do Banco Mundial (FREITAS, 2020, p. 01).

Essa situação, de acordo com Oka (2020) e com base no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2009, apenas 10% da população brasileira possuía cerca de 43% de toda da renda nacional. Essa classe de 10% corresponde às famílias mais ricas do país. Enquanto isso, o 10% da população mais pobre detinha apenas 1,1% dessa renda. Esses dados apontam que os ricos, devido ao tamanho de suas residências, de uma alimentação melhor, de condições de pagarem hospitais e de melhor infraestrutura urbana estão mais protegidos dos efeitos epidêmicos.

Em vista disso, os efeitos epidemiológicos provocados pela Pandemia mostram que para se viver futuramente uma vida sem o medo da proliferação de novos vírus há a necessidade de uma tomada de consciência por parte da sua população e dos gestores públicos em relação à preservação do meio ambiente, da melhoria da distribuição de renda, como também melhorar a infraestrutura urbana, principalmente de bairros periféricos em termos de saneamento básico, coleta e tratamento de lixo, cuidados com a água e seu tratamento entre outros. Isso mostra que está na ordem do dia questões que envolvem a educação, o ensino, a cultura e a ciência e que deveriam ser vistos como prioridade pelos gestores públicos.

Isso evidencia que os efeitos epidemiológicos provocados pelas Pandemia quando não são levados a sério por gestores públicos escancaram, de um lado, a divisão de classes e com esta as desigualdades e as vulnerabilidades sociais; de outro lado, evidência que os ricos ficam mais ricos e; com isso, os fatores históricos que refletem a elitização das classes dominantes. Nesse sentido, no Brasil, a atual conjuntura evidencia mais ainda as desigualdades e com estas o acirramento das contradições e conflitos entre classes. Exemplo disso, ocorreu em São Paulo, no início do mês de julho de 2020, quando moradores do bairro Morumbi, considerado um dos mais ricos da capital paulista, reivindicaram junto a Prefeitura a construção de um muro de três metros de altura para separar este bairro de Paraisópolis, dos pobres.

Essa atitude dos moradores do Morumbi ressalta ainda mais os preconceitos contra os pobres. Numa análise comparativa essa situação se reflete na qualidade de vida dos moradores, na construção das casas e nas infraestruturas existente nos dois bairros, isto é, no Morumbi e no Paraisópolis. A reivindicação para construção desse muro ressalta o preconceito por parte dos moradores do bairro Morumbi que temem que, em função do aumento da pobreza e do desemprego, sejam vítimas dos moradores de Paraisópolis, considerado um bairro violento e também por ser um dos bairros em que sua população mais sofre com casos do COVID-19.

Nesse processo reivindicatório não passa pela análise as condições econômicas e de infraestrutura de Paraisópolis, o que se vê é a disseminação do preconceito e do ódio por parte dos moradores do Morumbi. Essa realidade foi mostrada pela reportagem produzida pela BBC⁴, no dia 05 de dezembro de 2019.

Vizinhos separados pela distância de um muro, os bairros de Paraisópolis e Morumbi, na zona Sul de São Paulo, mostram realidades muito díspares quando se analisa as estatísticas de cada um. Em 2018, por exemplo, a idade média ao morrer dos moradores de Paraisópolis, que fica no distrito da Vila Andrade, na zona Sul de São Paulo, foi de 63,55 anos. Comparado ao bairro do Morumbi, a diferença é de uma década a mais de vida: 73,48 anos, conforme apontam os indicadores do Mapa da Desigualdade, compilado pela Rede Nossa São Paulo, organização da sociedade civil voltada à formulação de políticas públicas mais inclusivas. O distrito onde fica Paraisópolis também fica em primeiro lugar em toda a cidade com o maior tempo de espera para matricular uma criança na creche. A região de Paraisópolis é campeã em tempo de espera quando o assunto é marcar uma consulta com um clínico geral: 75 dias. Já no rico bairro vizinho do Morumbi, que fica literalmente do outro lado do muro que o separa da favela, a espera é de apenas 1 dia. A média de espera do município de São Paulo é de 19 dias.

Isso mostra que os efeitos da Pandemia provocada pelo COVID-19, junto à população brasileira, não são apenas epidemiológicos, mas também reflexos das desigualdades econômicas, sociais, culturais e da péssima distribuição de renda no Brasil, em que as maiores vítimas são as populações vulneráveis como negros, pardos, populações tradicionais, reflexos de uma histórica estrutura de formação do povo brasileiro. Com já exposto anteriormente os efeitos dessa história são tantos, com destaque para as contradições causadas pelo feitos econômico-sociais que; de um lado, ressalta mais ainda a elitização das classes dominantes nas cidades das diferentes regiões brasileiras; de outro, escancara a pobreza de milhões de brasileiros.

A esse respeito [Tié Lenzi](#) em “Desigualdade social no Brasil (2018)”⁵, mostra que a desigualdade social é a “[...] diferença nas condições de vida da população de um mesmo lugar”. Essa desigualdade pode se manifestar de muitas formas, por exemplo: na diferença de acesso a direitos básicos como saúde, moradia, educação, oportunidades de trabalho, distribuição de renda, entre outros.

⁴ MACHADO, L. Da BBC News Brasil em São Paulo. 'Quem a polícia defende? De que lado está?', questiona autor de foto símbolo da desigualdade no Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50666148>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁵ Formada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (2009) e mestranda em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade do Porto, Portugal. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/desigualdade-social-brasil/>. Acesso em: 05 dez. 2018.

A desigualdade social se manifesta como um desequilíbrio entre os diferentes tipos de padrão de vida e acesso a direitos entre os habitantes de um país. Nesse sentido, segundo a pesquisadora a desigualdade social é responsável por diversos problemas que surgem em consequência dela. Primeiro, pode-se destacar a presença do país no ranking de países mais desiguais do mundo. Para Tié Lenz, a desigualdade também é responsável por aumentar a ocorrência de vários problemas sociais, como:

- desemprego,
- dificuldade de acesso à educação de qualidade,
- aumento da fome,
- dificuldade de acesso a serviços que são básicos, como transporte público, saneamento básico e moradia,
- aumento das taxas de criminalidade,
- menos acesso à cultura e lazer,
- aumento das taxas de desnutrição e mortalidade infantil,
- diminuição dos índices de crescimento econômico do país

Em relação a isso, João Paulo Charleaux, do Jornal Nexo, em artigo “O que faz a desigualdade ser tão persistente no Brasil”⁶, mostra que para que essa situação mude há a necessidade do envolvimento de toda a sociedade brasileira no debate sobre a desigualdade entre ricos e pobres no Brasil que continua sendo uma das mais altas do mundo, seja qual for a base de dados usada para medir.

Segundo João Paulo Charleaux, as pesquisas podem até discrepar em relação aos recortes metodológicos, mas a conclusão é a mesma: há um abismo entre os que têm mais e os que têm menos no país. Além do tamanho dessa distância entre ricos e pobres, outro fator que caracteriza a desigualdade no Brasil é a persistência do problema ao longo dos anos. Mesmo descontando variações que possam existir entre os diferentes métodos usados para aferir se esse abismo diminuiu ou não nos diferentes governos, ele continua existindo, a despeito das políticas públicas adotadas ao longo dos 32 anos desde a redemocratização.

Dados do World Wealth & Income Database – Instituto dirigido pelo economista francês Thomas Piketty – mostram que, no Brasil, mais da metade da renda nacional está concentrada nas mãos dos 10% mais ricos. Esses dados [...] publicados pelo Nexo no dia 13 de setembro deste ano (2018), mostram que, embora a renda dos 50% mais pobres tenha

⁶ NEXO JORNAL LTDA “O que faz a desigualdade ser tão persistente no Brasil”. Artigo publicado em 25 set. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/09/25/O-que-faz-a-desigualdade-ser-t%C3%A3o-persistente-no-Brasil>. Acesso em: 06 dez. 2020.

crescido um ponto percentual, passando de 11% para 12% no período entre 2001 e 2015, a renda dos 10% mais ricos também cresceu na mesma medida, no mesmo período, passando de 54% para 55%”. Quem teve queda de rendimento – de 34% para 32% da renda nacional – foram os 40% situados na faixa intermediária entre esses dois extremos. Daí a necessidade de mudanças estruturais.

A persistência da desigualdade no Brasil motivou a ONG britânica OXFAM a lançar um relatório no dia 25 setembro de 2018, intitulado “A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras”⁷. No documento, a Organização mostra que “[...] uma pessoa que receba um salário mínimo mensal teria que trabalhar durante 19 anos para ganhar o salário de um mês de um brasileiro que faz parte do privilegiado grupo do 0,1% mais rico do país”, e que “[...] apenas seis pessoas têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres, metade da população”.

O levantamento também revelou que os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% da população. Além disso, mostra que os super-ricos (0,1% da população brasileira hoje) ganham em um mês o mesmo que uma pessoa que recebe um salário mínimo (937 reais) - cerca de 23% da população brasileira - ganharia trabalhando por 19 anos seguidos. Os dados também apontaram para a desigualdade de gênero e raça: mantida a tendência dos últimos 20 anos, mulheres ganharão o mesmo salário que homens em 2047, enquanto negros terão equiparação de renda com brancos somente em 2089.

Nesse processo de escancaramento das desigualdades sociais, provocado pela Pandemia COVID-19, nas áreas urbanas quem mais sofre são as populações vulneráveis constituídas por negros e pardos, que residem em favelas situadas nas periferias das grandes cidades como mostra o Relatório da ONG - Rede Nossa São Paulo, publicado em 05 de novembro de 2019, na versão Mapa da Desigualdade da cidade de São Paulo:

Os dados de 10 diferentes áreas e 53 indicadores mostram a realidade dos distritos da capital paulista através do “desigualtômetro”, que evidencia a diferença entre a melhor e a pior região para cada um dos indicadores.

Entre as novidades desta edição estão o comparativo de violência contra a mulher, incluindo o feminicídio; violência homofóbica e transfóbica; e violência de racismo e injúria racial. Dados sobre educação, saúde, cultura, habitação e idade média ao morrer em cada um dos distritos da cidade também fazem parte dos indicadores que serão apresentados.

⁷ OXFAM. “A distância que nos une”. Um retrato das desigualdades brasileiras Artigo publicado em 25 de setembro de 2017 jf.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Relatório_a_distância_que_nos_une_1.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

Em relação à violência contra a mulher, os feminicídios aumentaram 167% em toda a cidade, e as ocorrências de violência, 51%. Os distritos da Sé e Barra Funda concentram as maiores taxas de ocorrência nos dois indicadores.

Em regiões brasileiras como o Norte e Nordeste a situação é ainda mais grave, são regiões em que suas populações, principalmente aquelas que residem nas áreas rurais, sofrem com a falta de infraestrutura para que crianças e jovens em idade escolar tenham acesso as tecnologias de informação.

A análise da contextualização histórica que gerou enormes desigualdades regionais é importante, uma vez que geograficamente elas aparecem em todos os lugares e regiões do Brasil – estão presentes nos bairros periféricos das cidades, nas zonas rurais, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, mostrando a Vulnerabilidade Social dessas populações, cujos efeitos se fazem presentes em todos os ramos de atividades, com destaque para os indivíduos que até hoje sofrem com dificuldades de acesso à educação pela pouca atenção dos gestores públicos e instituições encarregadas por essa área. Em vista disso, os efeitos provocados pela Pandemia (COVID-19) escancararam de forma abrangente a história das desigualdades socioeconômicas e culturais em que vive a maioria da população brasileira.

No atual cenário da educação no Brasil, dependendo da região, os efeitos são maiores, por isso é preciso contextualizá-lo em seu aspecto histórico. Como nos mostra Frankema (2009), a origem das desigualdades regionais em educação no Brasil tem raízes profundas início durante o período colonial. Já para Komatsu *et al.*, (2020, 2017), esse processo inicial no tempo do Brasil Colônia se acentua com as mudanças estruturais, geradas pelas transformações socioeconômicas e do mercado de trabalho.

Decorrente disso, aparecem as desigualdades sociais e para muitas famílias os filhos têm dificuldades de acesso à Internet, fato que é agravado pelo desemprego de membros da família, fato que impacta diretamente no sustento de seus membros. Todas essas dificuldades causadas pela falta de recursos financeiros e culturais dos pais são impedimentos para a permanência de crianças impedindo a realização daquilo que Peirre Bourdieu chama de Capital cultural, que nos dizeres de Neves *et al.*

[...] é o conjunto de elementos da cultura popular utilizados como ingredientes da política social para fortalecer a autoconfiança dos despossuídos, desenvolver valores de uma nova cultura cívica baseada na colaboração de classes e na ética da responsabilidade coletiva, contribuir para o desenvolvimento econômico e a coesão social (p. 5).

Em outros termos, capital cultural, de acordo com Bourdieu (1998), implica em todo um conjunto de investimentos para a aquisição de conhecimentos e informações que vão desde as horas de estudos, de diversos tipos de cursos, da compra de materiais e estar em constante atualização. Sem esse capital cultural, acumulam-se muitas dificuldades para conseguirem um lugar no mercado de trabalho e nele permanecer.

Nesse sentido, a crise econômica oriunda da pandemia causada pela COVID-19 exige que as escolas realizem atividades *on-line* (na forma de EAD), isto é, a distância deixou de observar as condições socioeconômicas da maioria da população brasileira, vivem em péssimas condições habitacionais e, muitas vezes, os pais não tem nem condições de alimentar suas famílias.

Em decorrência disso seus filhos não terão condições de ter acesso a rede de computadores e Internet, conseqüentemente, deixando de formar esse capital cultural tão defendido por Pierre Bourdieu. A respeito da situação estrutural que vive a maioria da população brasileira, o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (PNAD) – 2019, mostra, de forma clara, a situação de vulnerabilidade da maioria dos brasileiros.

Nos centros, em regiões metropolitanas, os gestores escolares discutem melhorias no conteúdo didático ou formas das aulas não presenciais serem mais atraentes ou dinâmicas, nas áreas rurais ou periféricas de Estados como a região norte ou nordeste, são frequentes os relatos dos professores dizendo que em suas instituições de ensino, não foi possível adotar o ensino não presencial ou que o número de alunos atingidos por essas ações são insuficientes para alcançar objetivos educacionais locais e regionais. Estando esses alunos, durante a pandemia, totalmente desassistidos. O caso de escolas indígenas, quilombolas ou comunitárias em áreas rurais é ainda pior (MEC, 2020)

Considerações Finais

Para nossa surpresa entendemos que o resultado atingiu os objetivos propostos pela Ação e, conseqüentemente, do Projeto de Extensão. Nesse sentido, a Ação, por ter sido uma introdução histórica a respeito das desigualdades econômicas, sociais e políticas no Brasil, mostrou que a Pandemia só reforçou o escancaramento histórico dos efeitos nocivos decorrentes dessas desigualdades, principalmente, entre as populações mais vulneráveis.

Em vista disso, podemos também afirmar que a Ação atingiu os resultados esperados na medida em que suscitou, por parte dos participantes, diversas questões a respeito do poder de classe no Brasil, da péssima distribuição de renda, da falta de prioridade aos problemas enfrentados no dia a dia pelos professores, das implicações necessárias à melhoria da educação, com vista a formação da cidadania, do histórico patriarcalismo que gerou uma sociedade machista com reflexos no aumento do feminicídio, do preconceito de raça, cor e sexo, do descaso das autoridades, entre outras questões que muito contribuíram nas discussões das ações desencadeadas pelos professores que vieram na sequência.

Em síntese, entendemos que os resultados da Ação foram muito bons, pelo fato dos participantes contribuíram, em muito, com as discussões ao levantarem importantes questionamentos, pois como professores, alunos, pais e/ou mães sentem, tal como a maioria dos brasileiros, os efeitos econômicos, políticos, sociais, culturais, permeados de preconceitos, arrogância e tentativas de exclusão daqueles que, neste momento, mais precisam da solidariedade, da ajuda e de proteção social.

Referências

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD - 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. (2020). Diretrizes escolares durante a pandemia de COVID-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia,2020>. Acesso em: 05 jun. 2020

BERNARDES, J. A.; ARRUZZO, R. C.; MONTEIRO, D. M. L. V. Reflexões geográficas sobre a pandemia. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/reflexoes-geograficas-sobre-a-pandemia,2020>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FREITAS, E. Renda per capita que compõe o IDH brasileiro. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/nivel-renda.htm>. Acesso em: 17 ago. 2020.

KOMATSU, B.; MENEZES-FILHO, N.; OLIVEIRA, P. A. C; VIOTTI, L. T. Novas Medidas de Educação e de Desigualdade Educacional para a Primeira Metade do Século XX no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/Z4wLvKGyQdtNnWsqr3bwJ7z/?lang=pt,2019>. Acesso em: 20 jul. 2020

KOMATSU, B.; MENEZES-FILHO, N.; OLIVEIRA, P. A. C; VIOTTI, L. T. A História da Educação e as Origens da Desigualdade Regional no Brasil 2017. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Historia-Educacao-Origens-Desigualdade-Regional-Brasil.pdf>, 2017. Acesso em 21 jul. 2020.

LENZI, T. Desigualdade social no Brasil. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/desigualdade-social-brasil/>. Acesso em: 05 dez. 2018.

MACHADO, L. Da BBC News Brasil em São Paulo. 'Quem a polícia defende? De que lado está?', questiona autor de foto símbolo da desigualdade no Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50666148>, 2019. Acesso em: 20 jul. 2020.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A.; MENDONÇA, S. R. Capital Cultural. Dicionário da Educação em Saúde. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capcul.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

OKA, M. Desigualdade social. **Todo Estudo**. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/sociologia/desigualdade-social>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RELATÓRIO DA ONG - Rede Nossa São Paulo, de 05 de Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>, 2019. Acesso em: 21 jul. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A formação e o Sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, M. As cidadanias multiladas. In. LENER, J. **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997.